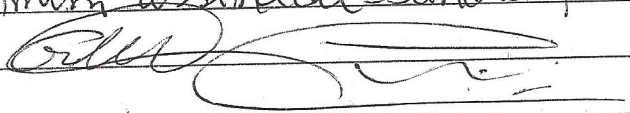
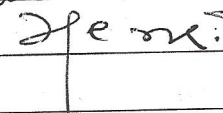



concluído o levantamento das receitas/despesas a partir de abril/2003. Nada mais havendo a constar encerra-se a presente ata que vai por mim assinada e demais presentes.

Ata nº 04/2005.

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e cinco às 14 horas, reuniu-se o Conselho do FABS. Desde a última reunião foi providenciado a contratação da empresa CSM Consultoria e Seguridade Municipal SIC Ltda, para a realização do cálculo atuarial ao valor total de R\$3.520,00, empenhado na rubrica dos Serviços Administrativos do FABS; o Conselheiro Hélio Costa informou que a sec. de administração está atualizando os dados p/ repassar à empresa p/ a conclusão do cálculo atuarial. Foi informado pelo Sr. Bruno Vere que falta a última parcela a ser paga pelo Município, no início do mês de agosto, referente à contribuição dos servidores do exercício 2004; sendo solicitado, que tão logo se proceda a este pagamento, seja verificado pelos setores técnicos responsáveis, quais são os juros e atualização monetária relativos aos empenhos pagos em atraso. O Sr. Hélio Costa informou que até a presente data o montante da compensação financeira é de R\$368.688,02 (trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dois centavos), no entanto estes recursos não deram entrada na receita, pelo fato do CRF estar vencido já ainda colocou sobre a necessidade de uma auditoria interna desde 2003, relativos aos repasses; colocou em pauta para análise de encaminhar a CNM - Confederação Nacional dos Municípios, para realizar um cálculo atuarial, para confrontação com o que vem sendo apresentado pela empresa contratada, para ter certeza que o mesmo está correto ou se tiver problemas para saná-los. Após o debate houve a concordância pelos demais membros de se solicitar a elaboração de outro cálculo atuarial pela CNM. Foi aprovada pelos conselheiros que seja feito um convite aos responsáveis pelas aplicações financeiras dos lances, para explanarem sobre o assunto, para poder se fazer uma melhor análise das aplicações das taxas admi-

administrativas, enfim buscar a otimização dos recursos. Também foi questionado sobre o pedido de informações encaminhado à Assessoria Jurídica do Município em 15/04/05, sendo que até a presente data não foi obtido retorno. Foi lida o ofício nº 19/05 do Sindicato dos Professores Municipais de Santo Ângelo o qual requer informações sobre a compensação financeira; a situação dos receitas e despesas de 2004 e 2005 mês a mês; os tipos de aplicações financeiras e onde estão sendo feitas; a relação nominal com valores pagos pelo FABS; as restituições aos inativos para quem foram pagos com os respectivos valores e de onde está vindo os recursos p/ os pagamentos destes e dos honorários advocatícios; nome da pessoa responsável pela manutenção do FABS; ficou definido que deve-se apurar estas informações para depois serem respondidas. E para concluir o Sr. Gelso Galorça sugeriu que seja encaminhado ou criada uma lei para pagamento de gratificação p/ os prefeitos que ficarem responsável pelos serviços e taxas p/ o FABS, sendo decidido que seria verificada a legislação e buscar maiores informações junto a outros municípios e assessorias. Lida e achado conforme encerra-se a presente ata que foi por mim assinada Sandra M^a Back Ferreira e os presentes.

 2 de 11.  

Ata nº 05/2005

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2005 (dois mil e cinco) reuniu-se os membros do COAD/FABS, Helio Costa de Oliveira, Bruno Walter Hense, Francisco Medeiros, Gelso Galorça, Gilberto Bomm e Sandra Maria Back Ferreira. Passou-se a tratar da minuta de consolidação, confissão e renegociação de Dívida que foi lida e discutida. O valor de R\$ 1.549.452,35 (Um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos) foi aprovado o parcelamento em 60 (sessenta) meses, incidindo juros de 6% ao ano e correção mensal pelo IGP-M da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi apresentada a proposta do custeio normal